

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Serrote I Geração de Energia Elétrica S.A.
Trairi - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Serrote I Geração de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serrote I Geração de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Serrote I Geração de Energia Elétrica S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operação pré-operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia se encontra em fase pré-operacional e que o início das operações e geração de receitas dependem do sucesso da Companhia na obtenção de recursos financeiros necessários, seja dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram auditadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis em 30 de abril de 2019.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 CE 001465/F-4



Tiago de Sá Barreto Bezerra
Contador CRC 1 CE 024436/O-5

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	1	Fornecedores	8	125	-
		2	1	Obrigações tributárias		2	-
						127	-
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	5	14.865	-	Partes relacionadas	9	4.227	312
Intangível	6	1.514	50			4.227	312
Ativos contratuais	7	918	248	Patrimônio líquido			
		17.297	298	Capital social	11	13.061	1
				Prejuízos acumulados		(116)	(14)
						12.945	(13)
Total do ativo		17.299	299	Total do passivo e patrimônio líquido		17.299	299

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(99)	(8)
Resultado operacional		(99)	(8)
Despesas financeiras		(3)	(6)
Resultado financeiro, líquido		(3)	(6)
Resultado antes dos impostos sobre renda		(102)	(14)
Prejuízo líquido do exercício		(102)	(14)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo líquido do exercício	(102)	(14)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(102)</u>	<u>(14)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(14)	(14)
Aumento de capital social	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1	(14)	(13)
Prejuízo do exercício	-	(102)	(102)
Aumento de capital social	13.060	-	13.060
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.061	(116)	12.945

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(102)	(14)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação	3	-
	(99)	(14)
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Aumento/(diminuição) em fornecedores	125	-
Aumento/(diminuição) em obrigações tributárias	2	-
Caixa líquido das atividades operacionais	28	(14)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos contratuais	(670)	(248)
Aquisições de imobilizado	(14.868)	-
Aquisições de intangível	(1.464)	(50)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(17.002)	(298)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recebimento de empréstimos com partes relacionadas	3.915	312
Aumento de capital social	13.060	1
Caixa líquido das atividades de financiamentos	16.975	313
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2	1
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Serrote I Geração de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 01 de novembro de 2018, com Sede em Trairi/CE. A controladora direta da Companhia é o acionista Serrote Geração de Energia Elétrica S.A., com sede na Cidade de Fortaleza/CE.

A Companhia tem como principal atividade a geração e comercialização de energia elétrica como produtor independente, a partir de fonte eólica, destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objetivo social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras de energia eólica.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2020.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Contingências.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Instrumentos financeiros

Classificação - ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Redução ao valor recuperável (impairment) - ativos financeiros e ativos contratuais

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

2.6. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente e com base nas taxas descritas na Nota Explicativa nº 5. A Companhia acompanha o valor residual e vida útil dos ativos, inclusive quanto à legislação aplicável para concessões e ao direito de indenização dos ativos remanescentes e não amortizados ao final da concessão.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas operacionais", na demonstração do resultado.

2.7. Ativos contratuais

A Companhia reconhece como ativo do contrato os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente uma vez que espera recuperar esses custos ao longo do prazo contratual de fornecimento de energia que será gerada pelo seu parque eólico. Esses custos são aqueles que a Companhia incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido caso o contrato inexistisse.

2.8. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.9. Fornecedores e outras obrigações

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.11. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Em função da Companhia ter apurado prejuízo, não foi realizada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

2.12. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os Impostos de Renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

3.2. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 45 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são os habituais do mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB e classificadas como custo amortizado, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto a respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo amortizado		
<u>Ativos, conforme o balanço patrimonial</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	2	1
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo amortizado		
<u>Passivos, conforme o balanço patrimonial</u>		
Fornecedores	125	-
Obrigações tributárias	2	-
Partes relacionadas	4.227	312

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bancos	1	1
Aplicações financeiras	1	-
	<u>2</u>	<u>1</u>

Bancos correspondem a disponibilidade bancária (contas correntes) para utilização na operação da Companhia.

5. Imobilizado

5.1. Composição do imobilizado

	Depreciação % a.a	2019			2018
		Custo	Depreciação	Líquido	
<u>Acumulado</u>					
Maquinas e equipamentos	10%	205	(3)	202	-
Imobilizado em andamento		14.663	-	14.663	-
		<u>14.868</u>	<u>(3)</u>	<u>14.865</u>	<u>-</u>

5.2. Movimentação do imobilizado

	<u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Depreciações</u>	<u>2019</u>
<u>Movimentação</u>					
Maquinas e equipamentos	-	-	205	(3)	202
Imobilizado em andamento	-	14.868	(205)	-	14.663
	<u>-</u>	<u>14.868</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>14.865</u>

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

6. Intangível

6.1. Composição do intangível

	2019		2018
	Custo	Líquido	
<u>Acumulado</u>			
Gastos com parques eólicos	1.514	1.514	50
	<u>1.514</u>	<u>1.514</u>	<u>50</u>

6.2. Movimentação do intangível

	2018	Adições	2019
<u>Movimentação</u>			
Gastos com parques eólicos	50	1.464	1.514
	<u>50</u>	<u>1.464</u>	<u>1.514</u>

7. Ativos contratuais

	2019	2018
Consultoria com elaboração de contratos	286	248
Seguro garantia	25	-
Custos com análise dos projetos	514	-
Consultoria financeira	90	-
Custos cartoriais	3	-
	<u>918</u>	<u>248</u>

Os referidos saldos não estão sendo amortizados em função de tais investimentos ainda estarem em estágio pré-operacional.

8. Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores de materiais e serviços	125	-
	<u>125</u>	<u>-</u>

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

9. Partes relacionadas

Composição:

	2019	2018
<u>Partes relacionadas passivas</u>		
Quadran Brasil Participações S.A.	71	312
Serrote Geração de Energia Elétrica S.A.	3.776	-
Serrote II Geração de Energia Elétrica S.A.	380	-
	<u>4.227</u>	<u>312</u>

Referem-se a valores a pagar a suas partes relacionadas, proveniente do compartilhamento de despesas e gastos de infraestrutura que têm por objeto a distribuição dos gastos com pessoal, ocupação, consultorias, locação de veículos, indenizações de faixa de servidão, engenharia do proprietário e demais gastos de construção.

9.1. Transações com partes relacionadas

A Companhia possui despesas decorrente de contrato de compartilhamento, basicamente, compostas por despesas com pessoal e ocupação, firmado com sua controladora.

O compartilhamento de despesas afetou o resultado da Companhia no montante a seguir:

Empresa	2019	2018
Serrote I Geração de Energia Elétrica S.A.	39	8
Efeito no resultado	<u>39</u>	<u>8</u>

10. Provisão para contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais, com base na experiência anterior julgou que não existem provisões para contingências prováveis a serem registradas nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia também não possui ações de natureza tributária, cível, trabalhista e juizados especiais, classificadas como possíveis.

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

11. Capital Social

Acionistas	Participação %	Quantidade de ações ordinárias	2019
Quadran Brasil Participações S.A.	0,86%	112.370	112
Serrote Geração de Energia Elétrica S.A.	99,14%	12.948.210	12.949
	1%	13.060.580	13.061

Acionistas	Participação %	Quantidade de ações ordinárias	2018
Quadran Brasil Participações S.A.	0,00%	10	-
Serrote Geração de Energia Elétrica S.A.	100,00%	990	1
	100,00%	1.000	1

Em 08 de abril de 2019 foi integralizado o montante de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), mediante a emissão de 9.000 (nove mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, referente ao capital social subscrito e não integralizado na constituição da Companhia em 01 de novembro de 2018, conforme o estatuto social.

Em 29 de abril de 2019 foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 259.000,00 (duzentos e cinquenta e nove mil reais), mediante a emissão de 259.000 (duzentas e cinquenta e nove mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 30 de setembro de 2019 foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 10.826.900,00 (dez milhões, oitocentos e vinte e seis mil e novecentos reais), mediante a emissão de 10.826.900 (dez milhões, oitocentos e vinte e seis mil e novecentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 31 de dezembro de 2019 foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 1.964.680,00 (um milhão, novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e quatro reais), mediante a emissão de 1.964.680 (um milhão, novecentas e sessenta e quatro mil, seiscentas e oitenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação.

O capital social da Companhia passou de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para R\$ 13.060.580,00 (treze milhões, sessenta mil, quinhentos e oitenta reais) a ser realizado de forma proporcional à participação de cada acionista no capital social da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

12. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Pessoal	(17)	(6)
Tributárias	(2)	-
Consultoria	(23)	-
Auditoria	(1)	-
Outras despesas gerais e administrativas	(56)	(2)
	<u>(99)</u>	<u>(8)</u>

13. Eventos subsequentes

Efeitos no COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou o novo coronavírus (COVID-19) como sendo uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, podem aumentar o grau de incerteza para agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando que a atividade e os empreendimentos da Companhia estão incluídos entre atividades consideradas essenciais - geração de energia (consoante o disposto no §8º do artigo 3º da Lei nº 13.979/2020 e no item "X", do §1º do artigo 3º do Decreto nº 10.282/2020) - a Companhia entende que suas operações, especialmente a implantação dos seus empreendimentos, não serão relevantemente afetadas por essa situação. Não obstante, a Companhia avalia de forma constante o impacto da pandemia do COVID-19 nas operações e posição patrimonial e financeira.